

**CIVILIZADORES DO SERTÃO:
ENGENHEIROS, MILITARES
E TELEGRAFIA NOS DISCURSOS
SOBRE TERRITÓRIO BRASILEIRO
NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930)**

**THE HINTERLAND CIVILIZED:
ENGINEERS, MILITARY AND
TELEGRAPHY ON THE SPEECHES
GIVEN THE BRAZILIAN TERRITORY
IN THE OLD REPUBLIC (1889-1930)**

RILDO BORGES DUARTE

Mestrando em Geografia Humana (USP),
Professor efetivo de Educação Básica
rildoduarte@usp.br



RESUMO

A República Velha, marcada pela tentativa de quebra com o conservadorismo do Império – a “revolução burguesa no Brasil” – e pela introdução de ideias de modernização do Brasil como o país do futuro, aparece como um momento singular em nossa história. Apesar dessas ideias de nítida influência positivista, as contradições foram marcas da sociedade e do discurso político, pois, mesmo passando como um projeto modernizador, as raízes brasileiras ainda estavam (estão) fincadas na economia primária exportadora e no patrimonialismo e patriarcalismo nas esferas pública e privada. Assim, surgem nossos personagens e instituições (engenheiros, militares, Ministério da Guerra, Ministério de Viação e Obras Públicas), que se lançaram ao sertão “das incertezas”, a terras pouco exploradas e aos fundos territoriais brasileiros, atendendo aos discursos geográficos sobre o território brasileiro e produzindo-os.

Palavras-chave: República Velha, modernização, território, discursos geográficos, telégrafo.



ABSTRACT

The Old Republic appears as a singular moment in Brazilian history, marked by an attempt to break with the conservatism of the Empire – the so-called “bourgeois revolution in Brazil” – and the introduction of modernization ideas, of Brazil as the country’s future. However, despite these clear ideas of positivist influence, the contradictions are trademarks of society and political discourse because, while passing as a modernization project, the Brazilian roots were (are) still rooted in primary exporting economy and in the patriarchy public and private spheres. Thus, our personalities and institutions (engineers, military, Ministry of War, Ministry of Traffic and Public Works) are that launched in the hinterland “of uncertainty”, a little explored lands, to the territorial funds Brazilians, view and producing the geographical speeches given the Brazilian territory.

Keywords: Republic Old, modernize, territory, geographical speeches, telegraph.



1 À GUIA DE INTRODUÇÃO: TESSITURAS HISTÓRICAS

O período pós-independência (depois de 1822) foi marcado pela árdua tarefa de construir um ideário nacionalista, um projeto de nação num país de grandes contrastes sociais e geográficos. Não por acaso, a estratégia foi criar uma identidade nacional com certo sentido de destino amparado no passado. Assim, os mitos fundadores do País basearam-se no continuísmo, sendo o Brasil independente uma reafirmação da colônia portuguesa (MAGNOLI, 1997).

O processo de construção da nação passou, como herança portuguesa, pela conquista e submissão, pela colonização dos vastos fundos territoriais. É nesse sentido que o território surgiu como elemento de coesão.

A ideia de que o país não está pronto e de que urge construí-lo permite uma série de desdobramentos lógicos bastante úteis para o exercício do poder estatal e privado. De imediato, qualquer contestação poderia ser qualificada como separatista e antinacional, pelo fato de que põe em perigo uma obra política ainda frágil, pois em formação recente. [...] Em síntese, ali onde a história pouco fornece para a elaboração de uma identidade nacional, os argumentos de índole geográfica vão possibilitar a elaboração de discursos legitimadores onde o país é visto como um espaço, e mais, um espaço a ser conquistado e ocupado. (MORAES, 2005, p. 94-95).

O Segundo Reinado (1840-1889) seguiu a trajetória herdada da fase colonial, buscando intensificar a compilação de conhecimentos sobre o território brasileiro, além de priorizar a consolidação das fronteiras. Esses fatos acompanharam o processo de modernização, legitimado pela maior inserção da economia brasileira no sistema capitalista mundial e pelos discursos sobre os avanços técnicos científicos¹. Conhecer e modernizar o território se tornou imperativo e ponto de coesão entre as elites. Telégrafos, ferrovias, iluminação pública, participação em feiras científicas, modernização e criação de novos centros de ensino superior² foram

¹ “Além dos esforços visando à promoção de progressos materiais, o Segundo Reinado distinguiu-se por uma política consciente de desenvolvimento científico, caracterizada pelo sistemático intercâmbio de nossos profissionais e estudantes com o meio científico internacional, por reformas nas instituições científico-culturais existentes ou pela criação de novas.” (MARTINS FILHO, 2001, p. 18).

² Destacamos aqui a criação da Escola Central (1858), que separou o ensino militar do ensino de engenharia civil e a instalação da Escola Politécnica (1874). Esta representava ‘toda a tradição militar da engenharia luso-brasileira, desde o período colonial, e a modernização proporcionada pelo ensino técnico.’ (Id., 2001, p. 22).

algumas das realizações do período, que tentaram solucionar os problemas pertinentes à sociedade brasileira da época. Essas realizações, contudo, só foram possíveis graças à ampliação da importância do papel do engenheiro.

O último quartel do século XIX conheceu um verdadeiro *boom* da engenharia nacional, quando seus profissionais assumiram o papel de pensar não apenas as questões de resolução dos impasses técnicos relacionados ao seu campo profissional, mas também

[...] ao diagnóstico e à proposição de soluções aos mais diversos problemas pertinentes ao conjunto da sociedade. Recursos e riquezas naturais, [...] ocupação dos sertões, eram alguns dos vários temas recorrentes em seus discursos. (MARTINS FILHO, 2001, p.22)

Em meio a esse turbilhão de novidades é que se processou a transição do Império para a República. No decorrer dos 60 anos que separam a promulgação da “Lei do Ventre Lei” (1871) da Revolução de 1930, momento que os historiadores costumam apontar como o marco da ascensão de um “projeto de modernização” no Brasil, completou-se a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. As diferenças econômicas e sociais entre as regiões brasileiras se aguçaram, a Monarquia foi sucedida pela República, e o principal mercado para os produtos brasileiros se deslocou da Europa para os Estados Unidos. Examinadas em retrospectiva, a última década do século 19 e as três primeiras do século 20 podem ser vistas como uma época de redefinição da identidade nacional (MACHADO, 1995, p. 309).

A República Velha (1889-1930) marcou a transição do pensamento político sobre o Brasil, rompendo com o equilíbrio conservador do Império. Surgiu um novo espírito “burguês” que se mantivera em um plano secundário durante o século XIX: a prosperidade material, a busca do enriquecimento³. A própria influência dos engenheiros na política nacional e nos discursos sobre o território começava a ganhar importância, numa sociedade que via o trabalho como sinônimo de servidão e que creditava o comando da política nacional aos bacharéis (e em menor medida aos médicos).⁴

³ Ver PRADO JÚNIOR, 1967.

⁴ Ver TELLES, 1984.

Todavia, essa “revolução burguesa” brasileira viria, como em todo processo de transição, acompanhada de dualidades e contradições como federalismo/centralismo ou região/nação. Temos uma elite que busca a modernidade material em uma sociedade que ainda é marcada pelo autoritarismo do “mando e desmando”. Assim, “[...] predominam a economia primária exportadora, a política de governadores manejados pelo governo e o patrimonialismo em assuntos privados e públicos.” (IANNI, 2004, p. 22).

Nesse contexto, ganhou destaque o processo de apropriação territorial, acompanhado da fixação dos limites internacionais (a questão acreana é um exemplo claro). Buscou-se consolidar o território para a República. O discurso do Império de conhecer e sistematizar informações sobre o território, tentando dar uma coesão à nação que a diversidade étnica não poderia oferecer, se refez no período republicano⁵, via aceleração na instalação de objetos técnicos, como o telégrafo.

Associando o atraso do País à centralização monárquica, a República cunhou uma imagem do Império como sinônimo de estagnação, monotonia e letargia à qual se contrapunha um novo tempo, ágil e vivaz, trazido pela descentralização, pelo regime representativo, pela participação política e pela reunião de Estados autônomos na constituição da nação brasileira. Essas argumentações serviram para cobrar maior agilidade e desempenho das comunicações telegráficas, de modo a atender ao rápido crescimento do número de telegramas e promover a interiorização da nação via telégrafo (MACIEL, 2001, p. 134).

⁵ “As concepções do Brasil, como sendo seu território, e da ocupação do espaço, como a construção do País, estão entre esses juízos reificados no pensamento das elites brasileiras do período. Por serem dominantes numa época, tais juízos se projetam nas formulações posteriores que os superam, constituindo o conteúdo do velho pensar que se reproduz (ao menos como referência negativa) nos novos discursos.” (MORAES, 2005, p. 96).

O discurso modernizador, de notada influência positivista, seria materializado mediante o telégrafo, e este se tornou a principal bandeira de alguns republicanos e engenheiros militares⁶ para integrar os ditos espaços vazios ainda presentes no território brasileiro.⁷

2 CIÊNCIA E MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: ENGENHEIROS, MILITARES E TELEGRAFIA

Ao assumir o discurso modernizador, no final do século XIX, as elites brasileiras estavam atendendo aos interesses econômicos advindos da maior inserção do País na economia mundial.

[...] a história do século XIX pode ser apreendida como a história do triunfo e da escalada planetária da economia capitalista industrial, e de uma sociedade que acreditava que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada num mundo de contínuo e acelerado progresso material e moral. Norteado pela convicção nutrida por certos segmentos morais de que nos saberes da ciência residia o fundamento do progresso. (MARTINS FILHO, 2001, p. 8).

Temos uma contínua integração econômica mundial, em que a expansão geográfica da economia capitalista estava totalmente ligada à revolução técnica e à expansão dos meios de comunicação⁸. É nesse

⁶ Nas cidades, ele revolucionaria o comércio, a indústria e o mercado financeiro, agilizando a troca de informações e auxiliando no transporte de mercadorias. No interior ou nos sertões, sua utilidade estaria associada às noções militares de defesa do território, do governo e administração de populações dispersas, de manutenção da ordem e progresso da nação. Essa era a visão do Marechal Rondon, comandante de expedições militares que construíram milhares de quilômetros de linhas telegráficas nos Estados de Mato Grosso, Acre e Amazonas, durante os primeiros anos do século XX (MACIEL, 2001, p. 138).

⁷ O melhor exemplo é a região amazônica, que no início do século XX ganhava importância política (questão acreana) e econômica com o crescente valor que o látex alcançava no mercado internacional. Entre 1901 e 1910, a exportação de borracha alcançou 34.500 toneladas (com destaque para a região dos altos rios Purus e Juruá, na Amazônia Ocidental), o que representava 28% do valor total das exportações brasileiras (PRADO JÚNIOR, 1967). As mudanças na Amazônia estavam relacionadas ao aumento populacional da região, pois a expansão na produção de borracha era uma questão de suprimento de mão-de-obra (FURTADO, 1995).

⁸ Assim, o importante não era apenas o invento em si da ferrovia, mas também sua utilização como rede associada à navegação a vapor e ao telégrafo, unificando materialmente o mundo. Ver: HOBBSBAWN, 1988.

contexto que os avanços científicos⁹ aliados a um bando de ideias novas¹⁰ no seio do Segundo Reinado respondem pelo projeto civilizador, principalmente o ligado à integração do sertão incivilizado ao litoral, tendo por base ideologias importadas (e assimiladas a um contexto completamente novo) da Europa, como o darwinismo social, o evolucionismo e o positivismo. Urgia a realização do processo de

[...] domesticação do sertão e de seus habitantes, o estabelecimento e manutenção de uma sociedade ordenada, capaz de se contrapor à barbárie que a rodava, impunha-se como uma tarefa tão crucial quanto aquelas destinadas à edificação material dos marcos fronteiriços. (GALETTI, 2000, p. 43).

A realização dessa tarefa contou com a articulação de um conjunto de personagens, instituições e saberes que mantiveram relações em torno de objetivos e projetos comuns, porém num permanente jogo de alianças e conflitos. Nossos personagens faziam parte de um restrito círculo de ilustres letrados e técnicos, principalmente engenheiros que foram chamados a resolver os problemas de articulação do território brasileiro, tornados muito evidentes durante a Guerra do Paraguai¹¹. Essa elite técnica foi formada graças a instituições que cuidavam da formação, socialização e até do exercício profissional. Ganharam destaque a Escola Central (1858) e sua substituta a Escola Politécnica (1874), a Academia Militar da Praia Vermelha – instituições formadoras –, o Instituto Politécnico (1862) e o Clube de Engenharia (1880) – socialização e exercício profissional. Foi nesses locais que os engenheiros militares ou civis conceberam uma formação enciclopédica e científica, tendo na grade curricular, além da formação técnica, o domínio de outras áreas das ciências naturais, representado em disciplinas como Astronomia e Geodésia, Botânica e Zoologia, bem como Desenho Geográfico.¹²

⁹ O Brasil participou de 7 das 8 exposições universais realizadas entre o final do século XIX e início do século XX e incorporou a seu território, mesmo que em pequena escala, boa parte das novidades tecnológicas apresentadas nas exposições.

¹⁰ Branqueamento, imigração, higienismo, melhoramentos das vias de comunicação.

¹¹ A precariedade ou inexistência de vias de comunicação tornava difícil e onerosa a tarefa de mobilizar tropas, máquinas de guerra, provisões. Boa parte das tropas brasileiras teve de ser deslocada via território argentino. Ver COSTA, 1996.

¹² Na Escola Central, por exemplo, “[...] os alunos tinham direito, no fim do 4º ano, ao título de engenheiro geógrafo e de bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais.” (TELLES, 1984, p. 85).

Dessa maneira, nossos personagens acabaram conformando-se no único corpo técnico capaz de produzir conhecimentos e cartografar o território brasileiro.

[...] naquela ilha de letrados, esses portadores dos saberes técnicos modernizadores iam acabar se assumindo, nos dois decênios do Segundo Reinado, como os únicos capazes de resolver os problemas técnicos de integração e dotação de infraestrutura do território brasileiro. (SOUSA NETO, 2005, p. 44-45).

Foram esses personagens e instituições, em íntima relação com o Estado, que promoveram as tentativas de reformas e modernização, aliando domínio das ciências naturais (e da geografia exata) e progresso técnico. Isso ficou claro na tentativa de integração nacional via linhas telegráficas¹³, cuja expansão acompanhava as linhas férreas, no final do século XIX. Apenas com o advento da República, o telégrafo ganhou ares de elemento de segurança e ocupação das fronteiras, sendo constantemente mencionado em relatórios sobre áreas “pouco” conhecidas e povoadas do norte/noroeste brasileiro.

Tivemos assim a criação da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso (1900-1906), que buscava integrar Mato Grosso à capital federal. Como sequência desse processo, o projeto do engenheiro Francisco Bhering, que visava integrar a região amazônica (principalmente os altos Juruá e Purus) ao restante do País, foi materializado na Comissão de Linhas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), sob responsabilidade do major e engenheiro militar Cândido Mariano Rondon¹⁴, formado na Academia Militar da Praia Vermelha. Nessa comissão, Rondon contou em suas viagens exploratórias com a ajuda de alguns cientistas, naturalistas e engenheiros, produzindo um vasto material sobre esse fundo territorial brasileiro, amplamente discutido, nos anos posteriores, por instituições como o Instituto Histórico e Geográfico e a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro.

¹³ Desenvolvido por Charles Wheatstone (1836), o telégrafo elétrico chegou ao Brasil em 1852, ligando o Quartel General ao Paço da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

¹⁴ [...] foi Cândido Mariano Rondon, militar brasileiro, que, durante a Primeira República, chefiou os principais projetos, cujos objetivos eram realizar o desenvolvimento da região amazônica e efetivar a construção de aparatos militares que garantissem a integridade territorial do Brasil. Positivista convicto e defensor das ideias de Augusto Comte, acreditava que a sociedade humana estivesse dividida em três estados evolutivos: o estado teológico ou fetichista, o estado metafísico ou abstrato e o científico ou positivo.” (BIGIO, 2003, p. 23-24).

Outro ponto importante foi o discurso tutelar sobre o indígena, instituído por Rondon durante as expedições, e isso funcionou como uma verdadeira arma geopolítica ao impor um pensamento sobre os nativos brasileiros, o qual já vinha sendo gestado pelos militares há algum tempo.

[...] [em meados do século XIX] o General Couto de Magalhães tomou a si um assunto deserdado – o índio – em época em que nossa elite desdenhava como inútil o nosso gentio e só se preocupava com a importância da imigração de europeus para promover o progresso do país. [...] Acreditava Couto de Magalhães que pela aculturação do índio, além de desbravar 2/3 partes de nosso território, adquirir 1 milhão de braços aclimatados e utilíssimos. (MATTOS, 1980, p. 61).

Destacou-se ainda a participação de Rondon na Inspeção de Fronteiras do Ministério da Guerra, em que ocupou o cargo de chefia a partir de 1927. Nessa função, Rondon inspecionou e demarcou boa parte das fronteiras do Brasil, tendo enviado uma série de relatórios ao Ministério da Guerra. É por isso que o Marechal Cândido Rondon se configurou como um dos mais destacados personagens no que se refere aos temas de integridade e integração nacional, no período da República Velha. A análise de suas ações e dos conhecimentos produzidos, depois das expedições sob sua responsabilidade, ajudam a esclarecer alguns pontos das políticas territoriais do período.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o atual processo de modernização e de tentativas de integração do território brasileiro passa pela consciência histórica dos discursos e ações que o antecederam. Assim, este artigo procurou mostrar algumas das marcas deixadas no território pelas tentativas de modernização, no período de transição do Segundo Reinado para a República, ressaltando a importância atribuída à ciência, à revolução tecnológica e à atuação de militares e engenheiros.

Apesar de transparecerem como discursos absolutamente técnicos, nenhum dos projetos ou ações desenvolvidas pelos engenheiros e militares estava desvinculada de ideologias ou de discursos notadamente políticos, e as tentativas de modernização, apesar de travestidas de certo discurso social, em nenhum momento deixaram de atender, prioritariamente, aos anseios econômicos das elites locais.

Talvez como uma história que se refaz, alguns projetos que atualmente se impõem sobre o território amazônico (como a IIRSA), considerado ainda “pouco” conhecido e explorado, guardam muitas semelhanças com os do período analisado neste trabalho.

REFERÊNCIAS

BIGIO, Elias dos Santos. **Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)**. Brasília: CGDOC-FUNAI, 2003.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GALETTI, Lilian da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre o Mato Grosso**. 2000. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era do capital (1848-1875)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaço vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 41, p.127-144, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Ed. da UNESP-Moderna, 1997.

MARTINS JÚNIOR, Carlos. **Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas**. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

PRADO JÚNIOR. Caio. **História econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Planos para o império: os planos de viação do segundo reinado**. 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da engenharia no Brasil: século XVI ao XIX**. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1984.